

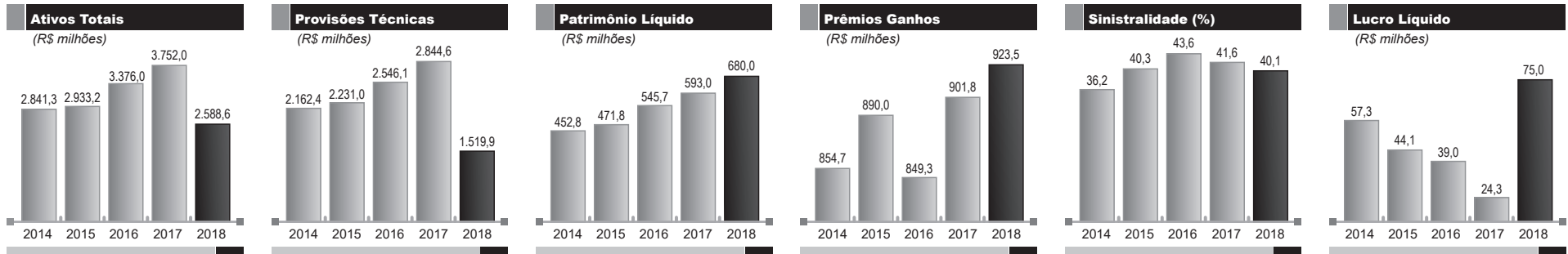


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018 da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. - MetLife. **A seguradora:** A Metlife é uma seguradora do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve no exercício de 2018 arrecadação de prêmios, tarifas e outras receitas de US\$ 51,2 bilhões e acumulou ativo total de US\$ 687,5 bilhões. Com 5 milhões de vidas seguradas, a MetLife atua

no Brasil desde 1999 no segmento de seguros de pessoas, dental e previdência privada e conta hoje com mais de 412 funcionários, 21 filiais e atendimento nacional através de sua rede de mais de 20 mil corretores e parceiros de comercialização. **Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Seguradora estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista em lei. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de dividendos ou, até mesmo, pela sua retenção total.

Evolução dos indicadores de desempenho:



Desempenho: Os ativos totais fecharam em um patamar de R\$ 2,5 bilhões (R\$ 3,7 bilhões em 2017) no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R\$ 680,0 milhões (R\$ 593,0 milhões em 2017), com lucro líquido de R\$ 75,0 milhões (R\$ 24,3 milhões em 2017). As provisões técnicas totais atingiram o montante de R\$ 1,6 bilhões (R\$ 2,8 bilhões em 2017) e o montante de Prêmios de Seguros em 31 de Dezembro de 2018 foi de R\$ 923,5 milhões (R\$ 901,8 milhões em 2017). Em 31 de dezembro de 2018 a MetLife atingiu uma suficiência de capital de R\$ 456,4 milhões (R\$ 352,9 milhões em 31 de dezembro de 2017) o que representa um índice de 241,0% (180,8% em 2017). No exercício de 2018, a MetLife indenizou a seus segurados e respectivos beneficiários um montante de R\$ 353 milhões (R\$ 354 milhões em 2017). Este valor corresponde a 16.196 (20.717 em 2017) sinistros pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 40,1% (41,6% em 2017). O cenário econômico no segundo semestre de 2018 foi caracterizado pela redução das pressões inflacionárias e consequente redução da taxa Selic pelo Banco Central dada a ancoragem das expectativas futuras em relação aos preços. No âmbito internacional, o desempenho das economias desenvolvidas e a ampla liquidez nos mercados, apesar da continuidade no processo de redução dos estímulos monetários, foram os principais fatores que influenciaram os mercados. **Investimentos:** A Metlife vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como com pessoas com capacitação nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina. Um dos pontos

estratégicos da MetLife é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento aos segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação. Em recursos humanos, estão sendo realizados investimentos para formação de uma liderança forte e para capacitação das equipes. **Governança corporativa:** A MetLife segue a política adotada pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (*Compliance*). O Comitê de Auditoria conta com profissionais de larga experiência no mercado, esta em funcionamento desde maio de 2009 e sua atuação acompanha seu regimento interno e normativos do regulador. A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades independentes que prestam serviços de auditoria. A MetLife vem continuamente aperfeiçoando suas políticas, suas ferramentas e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético, seguindo aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Compromisso e agradecimentos:** Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência dedicados à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração

Balancos patrimoniais para exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)							
Ativo	Nota Explicativa	2018	2017	Passivo	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante		1.202.648	2.483.066	Circulante		1.397.901	2.686.943
Disponível		6.852	1.807	Contas a pagar		71.527	58.055
Caixa e bancos		6.852	1.807	Obrigações a pagar	12	50.194	34.842
Aplicações	7	842.818	2.182.779	Impostos e encargos sociais a recolher		7.903	6.739
Títulos de renda fixa - públicos		-	9.198	Encargos trabalhistas		6.240	6.468
Quotas de fundos de investimentos		842.818	2.173.581	Impostos e contribuições		5.796	9.086
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	250.930	211.496	Outras contas a pagar		1.394	920
Prêmios a receber		235.486	199.120	Débitos de operações com seguros e resseguros		114.946	95.765
Operações com seguradoras		5.712	5.358	Prêmios a restituir		702	1.120
Operações com resseguradoras	9.a)	9.732	7.018	Operações com seguradoras		375	516
Outros créditos operacionais		18.954	13.699	Operações com resseguradoras	9.c)	14.678	11.283
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	9.b)	9.329	10.340	Corretores de seguros e resseguros		71.850	64.526
Títulos e créditos a receber		7.210	4.123	Outros débitos operacionais		27.341	18.320
Títulos e créditos a receber		1.007	1.360	Depósitos de terceiros	13	28.245	15.943
Créditos tributários e previdenciários	10	5.865	2.366	Provisões técnicas - seguros	14.a)	752.182	1.781.448
Outros créditos		338	397	Pessoas		507.994	509.461
Despesas Antecipadas		454	351	Vida individual		44.830	15.480
Despesas Administrativas		454	351	Vida com cobertura de sobrevivência		199.358	1.256.507
Custos de Aquisição Diferidos	14.a)	66.101	58.471	Provisões técnicas - previdência complementar	15	431.001	735.732
Seguros		66.101	58.471	Planos não bloqueados		1.220	677
Ativo não circulante		1.385.965	1.268.836	PGBL		429.781	735.055
Realizável a longo prazo		1.357.822	1.225.620	Passivo não circulante		510.709	471.912
Aplicações	7	1.037.534	920.671	Contas a pagar		51.575	37.934
Títulos de renda fixa - privados		139.934	181.710	Tributos diferidos		51.575	37.934
Títulos de renda fixa - públicos		897.600	738.961	Débitos de operações com seguros e resseguros		741	831
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	2.886	2.093	Operações com seguradoras		541	306
Prêmios a receber		2.726	1.989	Operações com resseguradoras	9.c)	200	525
Operações com seguradoras		160	104	Provisões técnicas - seguros	14.a)	299.778	292.545
Títulos e créditos a receber		269.147	254.325	Pessoas		249.595	238.704
Créditos tributários e previdenciários	10	78.543	80.749	Vida individual		50.166	53.839
Depósitos judiciais e fiscais	14.c e 17	189.947	173.087	Vida com cobertura de sobrevivência		17	2
Outros créditos operacionais		657	489	Provisões técnicas - previdência complementar	15	37.021	34.828
Custos de aquisição diferidos	14.a)	48.255	48.531	Planos não bloqueados		30.043	29.130
Seguros		48.255	48.531	PGBL		6.978	5.698
Imobilizado		10.786	8.807	Outros débitos	17	121.594	105.774
Bens móveis		6.202	4.106	Provisões judiciais		121.594	105.774
Outras imobilizações		4.584	4.701	Patrimônio líquido	18	680.003	593.047
Intangível	11	17.357	34.409	Capital social	18a)	489.701	470.607
Ágio em investimentos incorporados		11.766	11.766	Reservas de Lucros	18b)	143.041	102.545
Outros Intangíveis		5.591	22.643	Ajustes de avaliação patrimonial	18c)	47.261	19.895
Total do ativo		2.588.613	3.751.902	Total do passivo		2.588.613	3.751.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				Demonstrações do fluxo de caixa para exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Nota Explicativa	2018	2017		2018	2017	
Prêmios emitidos		971.848	944.545	Atividades operacionais			
Contribuição para cobertura de riscos		198	201	Lucro líquido do exercício		75.010	24.270
Variações das provisões técnicas de prêmios		(48.529)	(42.983)	Ajustes para:		21.889	15.645
Prêmios ganhos	19.a)	923.517	901.763	Depreciações e amortizações		2.938	2.358
Sinistros ocorridos	19.b)	(370.578)	(374.884)	Perdas (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos		(143)	603
Custos de aquisição	19.c)	(355.686)	(356.242)	Amortização de ativos intangíveis		2.387	8.096
Outras receitas e despesas operacionais	19.d)	(33.201)	(26.915)	Juros e variações monetárias sobre provisões judiciais		2.042	4.588
Resultado com operações de resseguros	19.e)	(4.157)	(10.941)	Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível		14.665	-
(+) Receita com resseguro		20.834	12.421	Varição nas contas patrimoniais:		(56.896)	(34.853)
(-) Despesa com resseguro		(24.991)	(23.362)	Ativos financeiros		1.265.686	(313.406)
Rendas de contribuições e prêmios		51.098	169.580	Créditos das operações de seguros e resseguros		(42.625)	(4.221)
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(51.209)	(169.471)	Ativos de resseguro		(1.703)	4.619
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	(111)	109	109	Créditos fiscais e Previdenciários		(3.499)	(332)
Rendas com taxa de gestão e outras taxas		-	3	Ativo fiscal diferido		(13.020)	(24.327)
Varição de outras provisões técnicas		1.362	(1.892)	Despesas antecipadas		(103)	246
Custos de aquisição		(2)	-	Custo de Aquisição Diferidos		(7.354)	(7.879)
Outras receitas e despesas operacionais		-	41	Outros ativos		244	59
Despesas administrativas	19.f)	(124.876)	(149.056)	Depósitos judiciais e fiscais		(16.860)	(15.881)
Despesas com tributos		(38.328)	(35.668)	Fornecedores e outras contas a pagar		(1.989)	879
Resultado financeiro	19.h)	117.293	78.547	Impostos e contribuições		27.662	8.411
Resultado patrimonial		-	-	Débitos de operações com seguros e resseguros		19.091	(15.920)
Resultado operacional		115.233	24.865	Depósitos de terceiros		12.302	4.799
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	19.i)	(14.665)	15	Provisões técnicas - Seguros e resseguros		(1.022.008)	241.833
(=) Resultado antes dos impostos e participações	100.568	24.880	24.880	Provisões técnicas - Previdência complementar		(302.538)	56.761
Imposto de renda	20	(14.743)	(84)	Outros passivos		16.036	24.761
Contribuição social	20	(10.815)	(526)	Provisões judiciais		13.782	4.745
Lucro líquido do exercício		75.010	24.270	Caixa gerado pelas operações		40.003	5.062
Quantidade de ações (mil)		471.278	456.921	Juros pagos		(25)	(166)
Lucro líquido por ação		0,16	0,05	Juros recebidos		-	606
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Impostos sobre o lucro pagos		(30.016)	(3.619)
Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		9.962	1.883
				Atividades de investimento			
				Pagamento pela compra:			
				Imobilizado		(4.917)	(4.465)
				Intangível		-	(338)
				Alienação de intangível		-	3.860
				Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(4.917)	(943)
				Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.045	940
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.807	867
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.852	1.807
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

continua...

...continuação

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de Lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		444.632	105.330	(4.234)	-	545.728
Aumento de capital com Juros sobre capital próprio						
- AGE 31/03/2017 portaria SUSEP 447 de 10/07/2017	18.a)	25.975	(21.290)	-	-	4.685
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	24.129	-	24.129
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	24.270	24.270
Destinações:						
Reserva legal	18.b)	-	1.213	-	(1.213)	-
Outras reservas de lucros	18.c)	-	592	-	(592)	-
Juros sobre o capital próprio (dividendo mínimo obrigatório)		-	-	-	(5.765)	(5.765)
Juros sobre o capital próprio (adicional)		-	16.700	-	(16.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		470.607	102.545	19.895	-	593.047
Aumento de capital com Juros sobre capital próprio						
- AGE 31/03/2018 portaria SUSEP 886 de 11/05/2018	18.a)	19.094	(16.700)	-	-	2.394
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	27.366	-	27.366
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	75.010	75.010
Destinações:						
Reserva legal	18.b)	-	3.751	-	(3.751)	-
Outras reservas de lucros	18.c)	-	32.729	-	(32.729)	-
Juros sobre capital próprio	18.d)	-	-	-	17.814	17.814
Saldos em 31 de dezembro de 2018		489.701	143.041	47.261	-	680.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.253 - São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de *Delaware* nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 *Avenue of the Americas*, Nova York, e tem como objetivo principal a comercialização, em todo território nacional, de seguros de pessoas, nas modalidades individual e em grupo, e plano de previdência complementar aberta. Estas demonstrações financeiras, elaboradas para a data-base 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, a partir de 1º de janeiro de 2016 e de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela SUSEP, no que não contrariar as disposições contidas na circular. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP requer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir, significativamente, dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente. As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras. **a) Moeda funcional:** Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. **b) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. **c) Apuração de resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão, e para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, eram compostos somente por saldos de Caixa e Bancos. **e) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • for adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou • no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou • for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “*hedge*” efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste com títulos e valores mobiliários”, líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **f) Baixa de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Seguradora baixa passivos financeiros, somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **g) Reclassificação de ativos financeiros:** A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38. **h) Redução ao valor recuperável de ativos:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Provisões para risco sobre crédito de acordo com estudo técnico elaborado pela Administração, as provisões para riscos de crédito são calculadas conforme os seguintes critérios: (i) a provisão sobre prêmios diretos a receber leva em consideração o histórico de cancelamento das apólices por inadimplência; e (ii) a provisão para operações a receber de cosseguro e resseguro mediante histórico de negociação dos recebíveis com as congêneres e com histórico de perda. Os ativos não financeiros são analisados com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos e medir a eventual perda com o objetivo de constituir quando aplicável, a redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros. O imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Seguradora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda. **i) Custos de aquisição diferidos:** As comissões, agenciamentos e outros custos diretos de angariação são diferidos e refletidos no saldo da conta “Custos de aquisição diferidos” de acordo com o prazo de vigência das apólices de seguros ou a estimativa de permanência dos segurados para os planos de Vida Individual; para os produtos comercializados por meio de prêmio único, de acordo com os prazos de vigências que podem chegar até 60 meses; e para os demais produtos de vida em grupo, pelo prazo de até 12 meses. **Premissas: Seguro de vida (regime de capitalização):** é considerada a experiência de persistência da própria carteira; **Seguro de vida (regime de repartição simples):** os custos diferidos são apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices. **j) Ativos relacionados a resseguros:** A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **k) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e a redução ao valor recuperável. **l) Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de 10 anos para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação e instalações e de 5 anos para equipamentos de processamento de dados. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício. **m) Intangível:** Refere-se, preponderantemente: (a) direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros, os quais são amortizados levando em consideração a persistência dos prêmios, cujo prazo médio é de 10 anos; (b) ágios de rentabilidade futura pagos na aquisição de investimento já incorporado, deduzido das amortizações que estavam sendo calculadas em 10 anos. O saldo do ágio é avaliado pelo teste de recuperabilidade; e (c) os direitos de uso de software estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de 5 anos. **n) Passivos finance-**

ros: Os passivos financeiros são classificados como “Contas a pagar” e “Débitos de operações com seguros”. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **o) Provisões técnicas:** Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. • A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método “pro rata die”, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. • A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para cobrir o valor esperado de prêmios referentes aos riscos vigentes pendentes de emissão. Essa provisão é obtida por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo. Processos administrativos: é constituído com base nas notificações dos sinistros recebidos pela seguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos da parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos; Processos judiciais: é calculado verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos, baseado na análise do departamento jurídico interno da seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. • A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para cobrir os valores esperados a liquidar referente aos sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do cálculo, incluindo as operações de cosseguros aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O valor esperado da provisão é obtido através de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial que consiste na aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurados através de triângulos de *run-off*. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios. • A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor. • A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) é constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto. • A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização e de repartição por capitais de cobertura, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto. • A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua provisão contratual. • A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora receptora. **p) Teste de adequação do passivo:** Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação dos passivos de seguro líquidos dos custos de aquisição relacionados e com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Para efetuar esse teste, a Administração utiliza as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas e incrementais a de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são trazidos a valor presente por taxas de juros livres de riscos, conforme determinado pela SUSEP. Contratos de seguro de longo prazo são mensurados com base em premissas do início do contrato. Quando o teste de adequação requer a adoção de novas premissas, essas novas premissas são usadas prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a Provisão Complementar de Cobertura derivada do teste de adequação do passivo foi constituída, no valor de R\$ 168.537 (R\$ 164.459 em 31 de dezembro de 2017). **q) Provisões judiciais e obrigações tributárias:** As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões judiciais que decorrem de processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os depósitos judiciais são mantidos no ativo e atualizados monetariamente, quando aplicável, sem serem deduzidos das correspondentes provisões judiciais. **r) Demais passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando ocorre o recebimento do respectivo prêmio. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, registrado no passivo circulante em contrapartida de “Prêmios a receber”, é retido e recolhido, quando aplicável, simultaneamente ao recebimento do prêmio. As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido. O imposto e a contribuição são reconhecidos no resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição também são reconhecidos no patrimônio líquido. A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15%, do lucro antes dos impostos, até 31 de agosto de 2015. A Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. **s) Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Atualmente, todos os contratos de leasing da Seguradora são de arrendamento operacional.

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO: A Seguradora acredita que uma assertiva Gestão de Riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, *stakeholders* e colaboradores. Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a Seguradora é estruturada no modelo de 3 linhas de defesa, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Seguradora, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes a seguradora. A área de Gestão de Riscos da seguradora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional de Riscos, garantido imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados. O processo de reavaliação de riscos ocorre a cada 3 (três) meses e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora. Neste momento é reavaliado se o nível de impacto inerente e residual para cada um dos riscos é suportado pela Seguradora, bem como a efetividade dos controles chaves e a implantação dos planos de ação propostos. Cabe destacar que este é um processo em constante evolução e integralmente alinhado a Regulamentação Local, Políticas Corporativas e boas práticas da Seguradora. Visando apoiar o gerenciamento de riscos e comunicar de maneira eficaz os riscos a alta administração, a área de Gestão de Risco conta com os seguintes comitês: • Comitê de Gestão de Riscos: O comitê tem como objetivo assegurar que o nível de exposição a risco da Seguradora esteja adequado ao seu porte, que riscos estratégicos estejam sendo monitorados e que as operações e processos estejam em conformidade a tolerância apresentada no apetite a risco da Seguradora. O comitê é formado pela Área de Gestão de Riscos, CEO, CFO, Diretor Jurídico e Diretor Regional de Investimentos, contando com representantes das áreas de negócios, além da Auditoria Interna e Compliance, se reporta diretamente a Diretoria Regional de Riscos da entidade e é regido por regimento interno. • Comitê de Auditoria: Órgão estatutário de assessoramento da alta administração que tem como objetivo avaliar a efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna e Externa, bem como a aprovação do plano anual de auditoria. Além da revisão das demonstrações financeiras anuais e intermediárias. • Comitê de Investimentos: O comitê de investimentos tem como objetivo avaliar se a gestão dos riscos de crédito e mercado estão em níveis adequados para o porte da Seguradora, bem como a aprovação e acompanhamento da estratégia de investimento da seguradora. O Departamento de Gestão de Riscos participa do Comitê de Investimentos como segunda Linha de Defesa afim de atestar que os riscos estão no limite da normalidade, endereçados e sendo monitorados constantemente. Os principais riscos identificados pela Seguradora estão classificados nas categorias Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional. **4.1. Riscos de seguro:** • **Contratos de seguro:** Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurador no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurador é classificado como

continua...

...continuação

Um contrato de seguro. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de pessoas e Previdência complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro. A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato. Em seguros de pessoas opera quase que integralmente nos ramos coletivos distribuindo seguros para empresas e associações, e pessoas físicas através de apólices abertas. Possui também uma carteira de seguros individuais resgatáveis não mais em comercialização. Opera seguros tipo VGBL e previdência complementar tipo PGBL. Em previdência complementar possui uma carteira pequena de FGB e planos de benefícios definidos, não mais em comercialização, e ambos são classificados como contratos de seguro. Os principais ramos operados são vida em grupo, prestamista, acidentes pessoais coletivos e eventos aleatórios. As principais coberturas operadas são morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença. Os modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões. Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos bem como na severidade dos valores deles decorrentes. A política de subscrição é o conjunto de regras de aceitação de risco, que visa impedir assumir riscos desnecessários impactando no balanço técnico-atuarial da Seguradora. Esta política leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio aliada a experiência da carteira. Periodicamente estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos medem-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mede-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas. O risco de subscrição é reduzido através de cessão de resseguros visando otimizar a capacidade de retenção de riscos e os resultados operacionais. A totalidade dos contratos de resseguros vigentes, em 31 de dezembro de 2018, está concentrada no IRB Brasil Resseguros S.A., ressegurador local. Os principais contratos de resseguro vigentes são o contrato automático de excedente de responsabilidade, o contrato de excesso de danos para catástrofe e contratos facultativos de excedente de responsabilidade para cobrir riscos específicos, sendo que a soma de todos os contratos representa um repasse de 2,57% (2,47% em 2017) do total de prêmios emitidos no exercício. A carteira de contratos de seguros é monitorada. As taxas dos seguros podem ser ajustadas nas renovações dos contratos de seguros empresariais em função da experiência do negócio. Para as apólices abertas, as taxas dos seguros podem ser alteradas para os novos negócios. A Seguradora dispõe de capital para cobrir as oscilações baseadas nos riscos de precificação, subscrição e provisões para os seguros de vida de acordo com normas vigentes. O risco biométrico de longevidade superior à esperada é intrínseco aos produtos de previdência e vida que pagam renda ao próprio participante ou aos seus beneficiários. Esse risco também existe nos produtos resgatáveis em menor grau. O monitoramento desse risco é realizado através do acompanhamento de estudos divulgados por diversas fontes externas sobre o aumento da expectativa de vida e do acompanhamento da experiência brasileira. Provisões adicionais são constituídas partindo-se da tábua de sobrevivência da experiência brasileira vigente projetando-se aumento anual contínuo da sobrevivência ("*improvement*"). Para contratos de longo prazo com garantia de rentabilidade pré-definida existe o risco do retorno dos investimentos ser inferior ao previsto e o risco de descasamento entre o indexador do ativo e passivo. O monitoramento desses riscos é feito através do casamento entre ativos e passivos ("*Asset and Liability Management*"). Os ativos que lastreiam esses contratos de longo prazo estão associados ao fluxo de caixa do passivo. Para o risco comportamental de manutenção do contrato, em geral, taxas mais baixas de persistência dos contratos afetam a diluição das despesas fixas e reduzem os fluxos de caixa positivo do negócio. Taxas de persistência baixas nos produtos com garantia de rentabilidade predefinida e cláusula de resgate podem causar impacto na liquidez. A persistência dos negócios é monitorada em relação ao esperado e dependendo do produto, ações podem ser tomadas, para melhorar a persistência. O risco das despesas serem maiores do que o esperado é monitorado através do acompanhamento dos resultados dos negócios de acordo com o agrupamento estabelecido. Determinados contratos de seguro de vida resgatável e previdência contêm garantias de rentabilidade predefinida e podem ser registradas obrigações referentes a benefícios adicionais oriundos de distribuição de excedente financeiro. O risco das estimativas utilizadas nos cálculos das provisões de sinistros ocorridos, avisados ou não, gerarem provisões subdimensionadas é monitorado periodicamente através de teste de consistência e outros procedimentos adotados por diversas áreas da Seguradora. As provisões de sinistros ocorridos incluem a provisão de sinistros a liquidar, a provisão de benefícios a regularizar e provisão de sinistros ocorridos e ainda não avisados (IBNR). Semestralmente é realizado o teste de adequação dos passivos considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Se constatada deficiência, provisão adicional é constituída. Não obstante, a qualquer momento, se constatada deficiência, provisão adicional será contabilizada. **4.2. Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados de alguns testes de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto no patrimônio líquido e no resultado sem considerar os efeitos de impostos, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator, em relação ao cenário base. Como a seguradora retém grande parte do risco, o impacto do resseguro não é representativo, por esse motivo apresentamos a seguir as análises de sensibilidades brutas de resseguro:

	31/12/2018	31/12/2017
Premissas atuariais	Bruto de resseguro	Bruto de resseguro
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(25.232)	(35.728)
Aumento de 10% nos sinistros - seguros de vida e cobertura de riscos de previdência	(73.167)	(80.497)
Redução de 10% na mortalidade - previdência	(220)	(190)
Aumento de 10% na despesa administrativa	(4.008)	(6.560)

Limitações da análise de sensibilidade: Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **4.3. Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam, principalmente, o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, riscos tais como colisões de trens, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes. Total de prêmios brutos (a) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total Geral
Vida em Grupo	402.818	34.233	26.557	10.833	5.844	480.285
Acidentes Pessoais - Coletivo	186.965	14.348	11.086	6.193	2.422	221.014
Prestamista	122.499	4.436	214	52	38	127.239
Vida Individual	36.395	2.748	432	4.603	137	44.315
Renda de eventos aleatórios	21.646	7.200	3.866	911	662	34.285
VGBL	16.127	-	497	128	4	16.756
Doenças Graves/terminal	21.991	-	-	-	-	21.991
Outros	5.171	1.343	896	490	18	7.918
Total	813.612	64.308	43.548	23.210	9.125	953.803

Total de prêmios líquido de resseguro (b) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018					
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total Geral
Vida em Grupo	384.877	34.233	26.557	10.833	5.844	462.344
Acidentes Pessoais - Coletivo	182.420	14.348	11.086	6.193	2.422	216.469
Prestamista	122.479	4.436	214	52	38	127.219
Vida Individual	36.172	2.748	432	4.603	137	44.092
Renda de eventos aleatórios	21.406	7.200	3.866	911	662	34.045
VGBL	20.522	-	-	-	-	20.522
Doenças Graves/terminal	16.127	-	497	128	4	16.756
Outros	5.147	1.343	896	490	18	7.894
Total	789.150	64.308	43.548	23.210	9.125	929.341

(a) Os totais de prêmios de seguros estão apresentados na demonstração do resultado, nas rubricas "Prêmios emitidos" e "Rendas de contribuições e prêmios", acrescidos dos prêmios de riscos vigentes e não emitidos e das contribuições do PGBL, e deduzidos dos prêmios de cosseguros cedidos. (b) Os totais de prêmios de seguros apresentados acima se referem aos valores do item (a) líquidos de operações de resseguro. **4.4. Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras, resseguradoras e emissores de ativos financeiros. Com relação ao risco de recebimentos dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da provisão para riscos de créditos está descrita na nota explicativa nº 3.h. No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Investimentos. **Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito:** A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações financeiras sem considerar qualquer garantia, é a seguinte:

	Exposição máxima em 31/12/2018	Exposição máxima em 31/12/2017
Ativos financeiros disponíveis para venda	842.818	929.869
Títulos ao valor justo por meio do resultado	1.037.534	2.173.581
Créditos das operações com seguros e resseguros	253.816	213.589
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.329	10.340
Outros créditos operacionais	18.954	13.699
Total	2.162.451	3.341.078

As exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis brutos, conforme reportados nas demonstrações financeiras. **4.5. Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Casamento de ativos e passivos:** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos. Em 31 de dezembro de 2018, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	842.818	-	-	-	-	842.818
Cotas de fundos de investimento exclusivos	629.811	-	-	-	-	629.811
Cotas de fundos de investimento abertos	213.007	-	-	-	-	213.007
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	228.668	808.866	1.037.534
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	58.844	81.090	139.934
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	169.824	727.776	897.600
Créditos das operações com seguros e resseguros	186.987	4.308	59.635	1.825	1.061	253.816
Prêmios a receber	179.512	9.879	46.095	1.741	985	238.212
Valores a receber congêneres	4.072	448	1.192	84	76	5.872
Valores a receber resseguradoras	3.403	(6.019)	12.348	-	-	9.732
Outros créditos operacionais	15.689	1.790	1.475	-	-	18.954
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	2.164	7.102	63	-	9.329
Caixa e equivalentes de caixa	6.852	-	-	-	-	6.852
Total dos ativos financeiros	1.052.346	8.262	68.212	230.556	809.927	2.169.303
Provisões técnicas	645.865	195.923	341.395	75.701	261.098	1.519.982
Passivos financeiros	179.805	26.878	8.035	741	-	215.459
Contas a pagar	71.527	-	-	-	-	71.527
Débitos de operações com seguros e resseguros	82.453	24.458	8.035	741	-	115.687
Dépósitos de terceiros	25.825	2.420	-	-	-	28.245
Total dos passivos financeiros e Provisões Técnicas	825.670	222.801	349.430	76.442	261.098	1.735.441

4.6. Risco de mercado: Gerenciamento de risco de mercado: O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. **Controle do risco de mercado:** O controle do risco de mercado é acompanhado trimestralmente pelas reuniões do Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela Seguradora. • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional. • Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais. • Definir a política de liquidez. • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moeda. **Análise do risco de mercado:** A Seguradora utiliza a análise de sensibilidade como ferramenta de gestão de risco financeiro. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Estes testes levam em consideração impactos futuros nas taxas de mercado. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora. **a)** A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, excluídos os vinculados à carteira de previdência, levando em consideração, a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/patrimônio líquido
Ativos pré-fixados Públicos			31/12/2018
NTN-F - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	312.091	(28.751)
Ativos pós-fixados Públicos			
NTN-B (IPCA) - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	173.174	(8.466)
NTN-C (IGP-M) - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	412.335	(16.170)
Privados			
Debêntures (Inflação) - (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	129.334	(10.654)
Debênture (CDI) - (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	10.600	-
Outros			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	34.639	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	178.368	(25.205)
Total		1.250.541	(89.246) (49.085)

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/patrimônio líquido
Ativos pré-fixados Públicos			31/12/2017
NTN-F - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	238.854	(18.153)
LTN - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	9.198	-
Ativos pós-fixados Públicos			
NTN-B (IPCA) - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	127.344	(26.144)
NTN-C (IGP-M) - (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	372.763	(51.516)
Privados			
Debêntures (Inflação) - (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do cupom	176.713	(4.312)
Debênture (CDI) - (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.010	-
Outros			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	25.724	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do cupom	158.170	(21.464)
Total		1.113.776	(121.589) (66.874)

Impacto líquido dos efeitos tributários
a) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 5,04% a 10,48% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 5,94% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 9,16% a 15,73% ao ano. **b)** O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,92% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. **4.7. Risco operacional: Gerenciamento de risco operacional:** Corporativamente, a Seguradora define risco operacional como a possibilidade de perdas resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. **Controle de risco operacional:** A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da avaliação a exposição da Seguradora perante o risco. Em linha com a Circular SUSEP Nº 521, a Seguradora indicou em Dezembro de 2016 o Gestor de Riscos responsável por implementar a estrutura de Gestão de Riscos na Seguradora, com o apoio e supervisão da Diretoria Regional de Riscos da Seguradora, além de estruturar e implementar o processo necessário para a captura e gestão das perdas operacionais incorridas na Seguradora (Banco de Dados de Perdas Operacionais). **4.8. Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações) e Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações).

	31/12/2018	31/12/2017(i)
Patrimônio Líquido	680.003	593.047
Despesas antecipadas	(454)	(351)
Créditos Tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(17.381)	(28.135)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excedem 15% do CMR	(19.029)	(10.480)
Ativos Intangíveis	(17.357)	(34.409)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(4.700)	(7.931)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	2.379	10.640
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	623.461	522.381
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	22.339	25.783
PLA (total)= PLA + ajustes assoc. à var. val. Econômicos	645.800	548.164
I - Capital base	15.000	15.000

continua...

...continuação

	31/12/2018	31/12/2017(i)
Cálculo do patrimônio líquido ajustado		
II - Capital adicional	189.379	195.234
Capital adicional de risco subscrição	145.457	146.469
Capital adicional de risco de crédito	33.122	40.714
Capital adicional de risco de mercado	54.568	54.117
Capital adicional de risco operacional	2.503	2.704
Benefício da diversificação	(46.271)	(48.770)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) (maior entre I e II)	189.379	195.234
Suficiência de Capital (PLA (total) - CMR)	456.421	352.930
Suficiência de Capital %	241,01	180,77
Índice de solvência = CMR/PLA (total)	0,29	0,36

(i) O valor do capital adicional de risco de subscrição de dezembro de 2017 foi ajustado para adequação à Resolução CNSP nº 360 de 2017 e seus anexos. **Limites de retenção:** O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 31 de dezembro de 2018, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R\$ 1.100 Mil.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS: Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **a)** As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações. **b)** Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes. A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das principais práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras: **a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito CPC 32, equivalente ao descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados semestralmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Seguradora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. **b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza teste de redução ao valor recuperável para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento do exercício nenhuma evidência foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. A Seguradora avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas por recuperabilidade de ágio. **c) Provisões judiciais - tributários, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **d) Provisão para riscos sobre créditos:** A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.h) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS: O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória. **CPC 06 (R2)** - "Operações de Arrendamento Mercantil" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Essa norma é efetiva para exercício iniciados em 1º de janeiro de 2019. Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras a SUSEP não aprovou este CPC. **CPC 48** - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação do IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial do IFRS 17. **IFRS 17** - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros: • Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo; • Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão; • Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos. Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes: • Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos; • Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa; • Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato; • Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que refletem as características dos respectivos fluxos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis não divulgou até a data desta demonstração financeira o CPC relativo ao IFRS 17.

7. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2018		31/12/2017	
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	842.818	45%	2.173.581	70%
Fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	629.811	33%	1.989.688	64%
Títulos de renda fixa - públicos	531.621	28%	1.489.168	48%
LTN	185.307	10%	786.995	25%
LFT	113.545	6%	242.295	8%
NTN	232.769	12%	459.878	15%
Títulos de renda fixa - privados	35.392	2%	308.397	10%
CDBs	-	-	8.634	-
Letras financeiras - LF	4.640	-	80.698	3%
Debêntures	30.752	2%	219.065	7%
Títulos de renda variável	30.007	1%	43.165	1%
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	32.669	2%	149.586	5%
Disponibilidades líquidas/contas a pagar	122	-	(628)	-
Cotas de fundos de investimento	213.007	11%	183.893	6%
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.037.534	55%	929.869	30%
Títulos de renda fixa - públicos	897.600	48%	748.159	24%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	897.600	48%	738.961	24%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	9.198	-
Títulos de renda fixa - privados	139.934	7%	181.710	6%
Debêntures	139.934	7%	181.710	6%
Total	1.880.352	100%	3.103.450	100%

Movimentação das aplicações financeiras:	
Saldo no início do exercício	3.103.450
Aplicações	1.294.655
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.231.068
Ativos financeiros disponíveis para venda	63.587
Resgates	(2.761.617)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.725.392)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(36.225)
Receita Financeira	201.276
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota 19 h.)	97.596
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota 19 h.)	103.680
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	42.588
Saldo no final do exercício	1.880.352

	31/12/2018				
	Custo Atualizado	Valor Justo	Ajustes de TVM	Efeitos Tributários	Líquidos de tributos
Títulos ao Valor Justo por meio do resultado					
Fundos Abertos:	213.007	213.007	-	-	-
Cotas de fundos de Investimento (a)	213.007	213.007	-	-	-
Fundos Exclusivos	629.811	629.811	-	-	-
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência (a)	629.811	629.811	-	-	-
Total de Valor Justo por meio do resultado	842.818	842.818	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa - privados (c)	137.260	139.934	2.674	1.070	1.604
Debêntures	137.260	139.934	2.674	1.070	1.604
Títulos de renda fixa - públicos (b)	821.506	897.600	76.094	30.437	45.657
Notas do Tesouro Nacional - NTN	821.506	897.600	76.094	30.437	45.657
Total de disponíveis para venda	958.766	1.037.534	78.768	31.507	47.261
Total das aplicações	1.801.584	1.880.352	78.768	31.507	47.261

a) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. **b)** Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 5,04% a 10,48% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 5,94% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 9,16% a 15,73% ao ano. **c)** O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,92% ao ano e e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Do saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a parcela destinada à cobertura das provisões técnicas está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões técnicas - seguros	1.051.960	2.073.993
Provisões técnicas - previdência complementar	468.022	770.559
Redutores de sinistros	(8.991)	(9.476)
Direitos Creditórios	(49.842)	(46.135)
Depósitos judiciais Sinistros	(15.927)	(11.863)
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	(629.811)	(1.987.380)
Passivo a ser coberto	815.411	789.698
Ativos garantidores	1.217.023	1.091.403
Suficiência	401.612	301.705

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial: Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); e • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as mensurações dos instrumentos financeiros estavam assim classificadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos ao valor justo por meio do resultado:		
Nível 1	561.749	1.531.705
Nível 2	281.069	641.876
Total	842.818	2.173.581
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Nível 1	897.600	748.159
Nível 2	139.934	181.710
Total	1.037.534	929.869

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS: Os créditos das operações com seguros e resseguros estão mensurados pelo custo amortizado sendo que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias.

a. Ramos de seguros	31/12/2018	31/12/2017
Vida em grupo	145.707	119.345
Acidentes pessoais - coletivo	38.112	38.899
Prestamista	15.000	16.423
Vida Individual	27.553	17.146
Doenças graves ou doença terminal	2.987	3.764
Renda de eventos aleatórios	5.849	5.023
Acidentes pessoais - individual	3.106	2.096
Outros	15.502	10.893
Total	253.816	213.589
Circulante	250.930	211.496
Não Circulante	2.886	2.093

A composição da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2018						
	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	123.594	74.666	28.878	4.820	7.959	(1.705)	238.212
Operações com seguradoras	3	-	1.946	2.475	3.051	(1.603)	5.872
Operações com resseguradoras	-	-	1.195	3.424	5.113	-	9.732
Total Líquido	123.597	74.666	32.019	10.719	16.123	(3.308)	253.816

	31/12/2017						
	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	100.179	62.469	29.258	6.885	4.033	(1.715)	201.109
Operações com seguradoras	373	-	1.905	1.740	3.179	(1.735)	5.462
Operações com resseguradoras	-	-	1.249	3.181	2.588	-	7.018
Total Líquido	100.552	62.469	32.412	11.806	9.800	(3.450)	213.589

b. Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2018			
	Direto/Aceito	Prêmio de Resseguro	Líquido	Total
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2017	201.109	(11.808)	189.301	
Prêmios emitidos - bruto	1.221.747	(32.805)	1.188.942	
Recebimentos	(1.013.998)	19.357	(994.641)	
Constituição da provisão para riscos de créditos	11	-	11	
Baixas/cancelamentos	(170.657)	10.378	(160.279)	
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2018	238.212	14.878	223.334	

	31/12/2017			
	Direto/Aceito	Prêmio de Resseguro	Líquido	Total
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2016	208.695	(11.255)	197.440	
Prêmios emitidos - bruto	1.039.084	(31.087)	1.007.997	
Recebimentos	(957.549)	23.623	(933.926)	
Reversão da provisão para riscos de créditos	(320)	-	(320)	
Baixas/cancelamentos	(88.801)	6.911	(81.890)	
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2017	201.109	(11.808)	189.301	

9. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO:

a. Operações com resseguradoras - ativo				
Prêmios de resseguro pagos	31/12/2018	31/12/2017		
	385	-		
Sinistros a recuperar	9.347	7.018		
Total	9.732	7.018		
b. Ativos de resseguro - provisões técnicas				
	31/12/2018	31/12/2017		
Sinistros a liquidar	5.500	6.675		
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	3.492	2.801		
Provisão para prêmio não ganho - resseguro cedido	337	864		
Total	9.329	10.340		
Circulante	9.329	10.340		

c. Operações com resseguradoras - passivo

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios cedidos	13.478	9.939
Prêmio Resseguro a liquidar	1.400	1.870
Total	14.878	11.809
Circulante	14.678	11.283
Não Circulante	200	526

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora tem base negativa de contribuição social acumulado no montante de R\$ 44.549 (R\$ 68.854 em 31 de dezembro de 2017) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 42.795 (R\$ 67.100 em 31 de dezembro de 2017), a compensar com lucros tributáveis futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Amparada no seu histórico de lucros dos últimos três anos, de acordo com as regras da SUSEP para registro de tais créditos e nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração mantém créditos tributários diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, conforme segue:

...continuação

	31/12/2018	31/12/2017	Anos	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2028	Total
Impostos a compensar	5.865	2.366		4.735	6.739	16.692	8.516	2.738	39.123	78.543
Sobre diferenças temporárias	61.162	51.731								
Sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	17.381	28.135								
Sobre Ágio	-	882								
Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	-	1								
Total	84.408	83.115								
Circulante	5.865	2.366								
Não circulante	78.543	80.749								
(a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários:										
	31/12/2018	31/12/2017								
Base negativa acumulada de contribuição social	44.549	68.854								
Ágio a amortizar	-	2.206								
Adições temporárias (i)	152.905	129.328								
Total	197.454	200.388								
Alíquota de contribuição social (ii)	9%	9%								
Créditos tributários de contribuição social	17.771	18.035								
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 11.727 (iii)	11.847	12.023								
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 13.169 (iv)	-	1.032								
Total de créditos tributários de contribuição social	29.618	31.090								
Prejuízo fiscal acumulado	42.795	67.100								
Adições temporárias (i)	152.905	129.327								
Ágio a amortizar	-	2.206								
Total	195.700	198.633								
Alíquota de imposto de renda	25%	25%								
Créditos tributários de imposto de renda	48.925	49.658								
Total dos créditos tributários constituídos	78.543	80.748								
Créditos tributários sobre ajuste TVM	-	1								
Total dos créditos tributários	78.543	80.749								
(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos.										
(ii) O cálculo dos créditos tributários foi realizado, pela alíquota de 9%, devido à Seguradora estar questionando judicialmente o aumento da alíquota de 9% para 15%. (iii) Refere-se ao montante equivalente às obrigações legais relativas à majoração da alíquota de CSLL de 9% para 15% que é reconhecido no ativo simultaneamente quando reconhecidas no passivo, e limitado ao valor do passivo, em virtude da Seguradora estar discutindo esta majoração de alíquota judicialmente. (iv) A Seguradora registrou créditos tributários diferidos sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (vide nota 11). Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da Seguradora. O prazo residual de amortização fiscal é de 6 meses.										
(b) Projeção de realização dos créditos tributários: Apresentamos abaixo a estimativa de realização dos créditos tributários projetados com base no plano de negócios da seguradora.										

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados referentes a apólices em processo de emissão.

	31/12/2018						31/12/2017					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	16.624	1.792	656	1.440	-	20.512	5.477	833	114	26	-	6.450
Depósitos cosseguros aceitos	28	100	32	-	-	160	-	-	-	79	-	79
Depósitos previdência complementar	7.051	44	21	272	-	7.388	8.835	258	269	12	40	9.414
Outros depósitos	82	103	-	-	-	185	14.312	1.091	383	117	40	15.943
Total	23.785	2.039	709	1.712	-	28.245						

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS E PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS:

a) Os custos de aquisição diferidos e as provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

Ramos:	31/12/2018										Custos de aquisição diferidos
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão Complementar de Cobertura	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Vida Individual	Vida com cobertura de sobrevivência	Provisão de Despesas Relacionadas	Total			
Vida em grupo	50.318	165.401	171.689	77.569	-	-	7.136	472.113	-	-	13.427
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	-	-	-	-	-	199.375	-	199.375	-	-	-
Prestamista	152.009	2.344	11.781	2.570	-	-	514	169.218	-	-	79.883
Vida Individual	-	-	-	-	94.996	-	-	94.996	-	-	12.910
Acidentes pessoais coletivos	10.992	-	42.635	25.538	-	-	1.800	80.065	-	-	3.114
Outros	13.315	-	16.912	3.932	-	-	1.134	35.293	-	-	5.022
Total	226.634	167.745	243.017	109.609	94.996	199.375	10.584	1.051.960	114.356	114.356	
Circulante	144.784	-	243.017	109.609	44.830	199.358	10.584	752.182	66.101	66.101	
Não Circulante	81.850	167.745	-	109.609	50.166	17	-	299.778	48.255	48.255	
	226.634	167.745	243.017	109.609	94.996	199.375	10.584	1.051.960	114.356	114.356	

Ramos:	31/12/2017										Custos de aquisição diferidos
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão Complementar de Cobertura	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Vida Individual	Vida com cobertura de sobrevivência	Provisão de Despesas Relacionadas	Total			
Vida em grupo	54.577	160.634	185.225	75.595	-	1.256.509	5.344	481.375	-	-	17.069
Prestamista	140.229	1.922	10.426	2.651	-	-	223	155.451	-	-	74.890
Vida Individual	-	-	-	-	69.319	-	-	69.319	-	-	8.605
Acidentes pessoais coletivos	10.758	-	44.222	23.014	-	-	1.215	79.209	-	-	3.254
Outros	8.110	-	19.426	3.951	-	-	643	32.130	-	-	3.184
Total	213.674	162.556	259.299	105.211	69.319	1.256.509	7.425	2.073.993	107.002	107.002	
Circulante	137.526	-	259.299	105.211	15.480	1.256.507	7.425	1.781.448	58.471	58.471	
Não Circulante	76.148	162.556	-	105.211	53.839	2	-	292.545	48.531	48.531	
	213.674	162.556	259.299	105.211	69.319	1.256.509	7.425	2.073.993	107.002	107.002	

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	107.002	87.037	Amortização	(114.703)	(99.543)
Emissão	122.057	119.508	Saldo no final do período	114.356	107.002

c) Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Vida individual	Vida com cobertura de sobrevivência (ii)	Provisão de despesas relacionadas
Saldo em 31 de dezembro de 2017	213.674	162.556	259.299	105.211	69.319	1.256.509	7.425
(+) Constituição	2.694.430	1.904.588	579.420	1.259.284	20.243	26.692	103.636
(+) Atualização monetária	-	-	(4.549)	-	5.948	39.022	-
(-) Reversão de provisão	(2.681.470)	(1.899.399)	(230.098)	(1.254.886)	-	-	(100.477)
(-) Pagamentos	-	-	(361.055)	-	(514)	(1.122.848)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	226.634	167.745	243.017	109.609	94.996	199.375	10.584

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R\$147.352 (R\$150.182 em 31 de dezembro de 2017) com a seguinte classificação de risco:

(ii) Os pagamentos ocorridos no exercício são referentes as portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto VGBL.

Riscos	Depósitos judiciais em 31/12/2017	Depósitos judiciais em 31/12/2018	Quantidade de processos judiciais em 31/12/2017	Quantidade de processos judiciais em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições/atualização monetária	Reclassificação do risco	Pagamentos	Reversão	Saldo em 31/12/2018
Perda provável	5.984	7.104	436	495	53.750	9.717	15.292	(15.815)	(3.919)	59.025
Perda possível	25.957	24.779	1.913	1.750	85.370	14.659	(3.086)	(2.595)	(7.991)	86.357
Perda remota	5.907	4.826	2.080	2.051	11.062	1.447	(5.412)	(1.089)	(4.038)	1.970
Total	37.848	36.709	4.429	4.296	150.182	25.823	6.794	(19.499)	(15.948)	147.352

O montante dos processos de sinistros em demanda judicial por tempo de permanência estão demonstrados a seguir:

Sinistros judiciais	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
	-	14	1.036	2.026	144.276	147.352

15. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: As provisões técnicas - previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Planos não bloqueados:			Transferências recebidas (concedidas) - PGBL (i)	(347.210)	78.253
Saldo no início do exercício	770.559	713.799	Saldo no fim do exercício	468.022	770.559
Adições decorrentes de contribuições arrecadadas	34.541	35.074	Circulante	431.001	735.731
Pagamentos de benefícios e resgates	(32.520)	(130.783)	Não Circulante	37.021	34.828
Atualização financeira das provisões	42.652	74.216	(i) Os pagamentos ocorridos no exercício são referentes as portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto PGBL.		

16. DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

a) **Vida - sinistros brutos de resseguro**

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	226.514	252.373	264.497	268.624	300.843	301.068	372.334	358.354	352.011	339.788	-
Um ano após o aviso	218.963	243.688	258.009	258.034	303.328	285.721	361.180	339.261	333.461	-	-
Dois anos após o aviso	215.211	244.254	254.627	259.158	294.023	287.225	355.839	338.246	-	-	-
Três anos após o aviso	212.633	240.575	251.291	256.490	295.522	291.377	357.534	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	210.770	241.931	249.428	257.197	298.172	296.146	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	212.758	245.551	253.303	259.386	302.198	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	214.746	248.283	257.718	261.784	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	215.363	251.376	260.650	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	218.197	254.454	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	228.531	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	228.531	254.454	260.650	261.784	302.198	296.146	357.534	338.246	333.461	339.788	2.972.792
CM e Juros	16.093	4.803	10.028	6.229	5.225	5.479	4.805	2.523	1.321	286	56.892
Pagamentos de sinistros efetuados	(203.838)	(249.094)	(251.573)	(

...continuação

b) Vida - sinistros líquidos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	222.537	247.247	263.084	267.707	295.527	293.747	359.549	344.554	339.023	323.436	-
Um ano após o aviso	215.218	238.233	256.547	257.503	295.527	278.585	348.320	326.284	317.375	-	-
Dois anos após o aviso	211.016	238.798	253.195	257.503	288.331	280.082	343.138	324.614	-	-	-
Três anos após o aviso	208.380	235.131	253.195	256.026	289.830	284.234	344.315	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	206.574	235.131	248.015	256.733	291.806	288.986	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	206.574	240.118	251.761	258.727	295.725	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	210.580	242.850	256.177	261.685	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	211.196	245.942	259.108	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	214.030	249.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	224.364	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	224.364	249.020	259.108	261.685	295.725	288.986	344.315	324.614	317.375	323.436	2.888.628
CM e Juros	11.615	3.557	7.539	4.934	5.066	4.743	8.529	2.426	1.304	279	49.992
Pagamentos de sinistros efetuados	(197.578)	(242.414)	(247.542)	(253.607)	(289.313)	(277.580)	(337.726)	(315.259)	(302.386)	(237.697)	(2.701.102)
Sinistros pendentes	38.401	10.163	19.105	13.012	11.478	16.149	15.118	11.781	16.293	86.018	237.517

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE - OUTROS DÉBITOS: A Seguradora é parte de vários processos judiciais e administrativos envolvendo, principalmente, questões tributárias. Os saldos das provisões e suas movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

	Probabilidade de perda	Depósitos		Quantidade		Valor provisionado 31/12/2017	Adições/atualização monetária 31/12/2018	Reclassificação do risco 31/12/2018	Pagamentos 31/12/2018	Reversão 31/12/2018	Valor provisionado 31/12/2018	Valor de Risco 31/12/2018
		Judiciais 31/12/2017	Judiciais 31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018							
Obrigações tributárias		118.405	136.961	13	15	97.061	13.083	-	-	-	110.144	110.144
PIS/COFINS	(a,h) Possível	99.112	106.946	7	10	75.583	6.697	-	-	-	82.280	82.280
CSLL	(b,g) Possível	16.885	26.782	1	1	17.478	6.324	-	-	-	23.802	23.802
INSS	(c) Provável	1.859	1.878	2	2	3.689	62	-	-	-	3.751	3.751
Demais	(d) Provável	549	1.355	1	2	311	-	-	-	-	311	311
Outras Ações Fiscais		10.179	10.363	2	1	260	-	-	-	(260)	-	10.363
ISS	(e) Remoto	9.919	10.363	1	1	-	-	-	-	-	-	10.363
Multa Vitória	Provável	260	-	1	-	260	-	-	-	(260)	-	-
Provisões trabalhistas	(f)	5.327	4.654	106	134	6.485	4.458	-	(150)	(2.063)	8.730	38.196
	Provável	5.327	4.269	106	44	6.168	4.458	-	(150)	(1.746)	8.730	8.730
	Possível	-	134	-	74	316	-	-	-	(316)	-	27.955
	Remoto	-	251	-	16	1	-	-	-	(1)	-	1.511
Provisões cíveis	(f)	1.328	1.260	394	567	1.968	2.056	-	(86)	(1.218)	2.720	18.513
	Provável	557	1.173	64	135	934	2.056	-	(86)	(184)	2.720	2.720
	Possível	600	78	211	353	1.018	-	-	-	(1.018)	-	7.467
	Remoto	171	9	119	79	16	-	-	-	(16)	-	8.326
Total		135.239	153.238	516	717	105.774	19.597	-	(236)	(3.281)	121.594	177.216

(a) A Seguradora impetrou medida judicial questionando a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela Lei nº 9.718/98. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está devidamente provisionada como obrigação legal. (b) Em 2008, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 9% para 15%, em vigor a partir de maio de 2008. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está provisionada como obrigação legal. (c) A Seguradora é autora de ação judicial em que questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 84/96, que determinou a incidência da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas (corretores de seguros). O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça e os valores correspondentes aos encargos não recolhidos estão depositados em juízo e provisionados na sua totalidade. (d) São valores registrados para a cobertura de possíveis riscos fiscais decorrentes de autos de infração lavrados contra a Seguradora. A totalidade desses processos está provisionada. (e) Ação Anulatória de Débito Fiscal, relativo ao ISS, com a desconstituição dos débitos fiscais objetos dos Autos de Infração, relativos a Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e demais encargos, relativos aos períodos compreendidos entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2011 e de abril a dezembro de 2011. (f) A Seguradora atualizou a sua política de constituição das provisões de contingências e deixou de provisionar as que são classificadas com risco de perda possível e remota. (g) Em 2015, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 15% para 20%, em vigor a partir de setembro de 2015. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está provisionada como obrigação legal. (h) Com a alteração da base de cálculo da Pis/Cofins pela Lei nº 12.973 de 13 de Maio de 2014, com vigência a partir de Janeiro de 2015, passamos a discutir judicialmente a cobrança da Cofins sobre a receita relativa aos ativos destinados a cobertura das provisão técnicas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital social:** Em assembleia realizada em 31 de março de 2018, a Seguradora decidiu aumentar o capital social de R\$ 470.607 para R\$ 489.701 com a emissão de novas ações, ficando o capital representado por 471.277.992 (456.921.351 em 2017) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio distribuídos em 31 de dezembro de 2017. b) **Reservas de lucros:** A reserva de lucros é composta por duas reservas: a reserva legal e a reserva estatutária. A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social realizado. A reserva estatutária é constituída pela parcela do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e das deduções legais, as quais incluem dividendos e juros sobre capital próprio, sujeitas à deliberação da Assembleia Geral. c) **Outros:** Ajustes com títulos e valores mobiliários estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 3.e), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, líquidos dos efeitos tributários. A variação entre os ajustes com títulos e valores mobiliários apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 deve-se ao cenário de oscilação nas taxas de juros. d) **Dividendos/Juros sobre Capital Próprio:** O estatuto da Seguradora prevê a distribuição a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total, de acordo com proposta da Diretoria. Em 2018, a Seguradora distribuiu juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 38.530. Foi recolhido imposto retido na fonte de R\$ 5.780, sendo R\$ 32.752 o valor líquido dos efeitos tributários.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	75.010	24.270
(-) Reserva legal - 5%	(3.751)	(1.213)
(=) Lucro básico para determinação dos dividendos	71.259	23.057
Outras reservas de lucros	32.729	592
JCP (Dividendos mínimos obrigatórios)	17.814	5.765
JCP Adicional	20.716	16.700
Total de JCP	38.530	22.465
(-) Imposto de renda retido na fonte	(5.780)	(3.370)
Total de JCP líquido dos efeitos tributários imputados aos dividendos	32.750	19.095
Total por lote de mil ações (R\$)	69,50	41,79

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Índice de Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vida em grupo	514.041	489.977	55	59	28	27
Acidentes pessoais coletivos	222.192	228.372	21	21	36	38
Acidentes pessoais individuais	3.642	2.434	249	300	22	23
Renda de eventos aleatórios	33.298	37.558	15	20	53	61
Prestamistas	113.923	101.963	17	17	63	70
Doenças graves e doença terminal	15.772	17.116	21	21	66	69
Vida Individual	12.492	19.496	9	7	215	137
Outros	8.157	4.847	30	46	48	46
Total	923.517	901.763				

b) Sinistros ocorridos

	31/12/2018	31/12/2017
Vida em grupo	(284.708)	(288.407)
Acidentes pessoais coletivos	(45.574)	(47.140)
Acidentes pessoais individuais	(9.079)	(7.303)
Renda de eventos aleatórios	(5.136)	(7.470)
Prestamista	(19.135)	(17.383)
Doenças graves e doença terminal	(3.329)	(3.595)
Vida Individual	(1.173)	(1.368)
Outros	(2.444)	(2.218)
Total	(370.578)	(374.884)

c) Custos de aquisição

	31/12/2018	31/12/2017
Vida em grupo	(144.202)	(133.208)
Acidentes pessoais coletivos	(80.512)	(87.208)
Acidentes pessoais individuais	(802)	(557)
Renda de eventos aleatórios	(17.776)	(22.747)
Prestamista	(71.216)	(71.845)
Doenças graves e doença terminal	(10.473)	(11.817)
Vida Individual	(26.801)	(26.645)
Outros	(3.904)	(2.215)
Total	(355.686)	(356.242)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com administração de apólices	(5.244)	(4.558)
Despesas com encargos sociais	(1.191)	(1.462)
Despesas com excedente técnico	(5.635)	(5.064)
Constituições de provisões de créditos duvidosos	143	(603)
(Constituições)/Reversões de provisões judiciais cíveis e trabalhistas	(4.407)	(1.368)
Despesas com capitalização	(3.238)	(3.242)
Baixa de créditos	(4.324)	(2.397)
Outras receitas/despesas operacionais	(9.305)	(8.221)
Total	(33.201)	(26.915)

e) Resultado com resseguro

	31/12/2018	31/12/2017
Receita com resseguro	-	-
Indenizações de sinistros	20.143	11.767
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	691	654
Total	20.834	12.421
Despesas com resseguro	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios com resseguro	(24.462)	(24.289)
Variação da despesas de resseguro	(529)	927
Total	(24.991)	(23.362)

f) Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(88.466)	(91.512)
Despesas com serviços de terceiros e comunicação	(48.033)	(44.645)
Despesas com publicidade e propaganda	(13.601)	(13.886)
Despesas com depreciação e amortização	(3.465)	(3.662)
Despesas com locomoção	(2.293)	(2.288)
Despesas com expediente	(5.286)	(3.882)
Despesas com localização e funcionamento	(8.510)	(8.427)
Despesas com equipamentos	(944)	(680)
Rateio de despesas com empresa ligada (Nota 21)	47.244	22.839
Outras	(1.522)	(2.913)
Total	(124.876)	(149.056)

g) Despesas com tributos

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com ISS	(235)	(706)
Despesas com Cofins	(26.531)	(24.849)
Despesas com PIS	(4.306)	(4.037)
Outros	(7.256)	(6.076)
Total	(38.328)	(35.668)

h) Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	97.596	209.496
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	103.680	67.321
Outras	4.439	9.453
Receita financeira	205.715	286.270
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - seguros	(40.451)	(128.048)
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - previdência	(42.651)	(74.215)
Outras despesas	(5.320)	(5.460)
Despesa financeira	(88.422)	(207.723)
Resultado financeiro	117.293	78.547

i) Ganhos/Perdas com ativos não correntes

	31/12/2018	31/12/2017
Móveis, Máquinas e Utensílios	-	15
Ativo Intangível*	(14.665)	-
Total	(14.665)	15

* Baixa por rescisão de contrato de uso da base de clientes.

20. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos impostos	100.568	100.568
Alíquota vigente	25%	20%
Expectativa de crédito/(despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(25.142)	(20.114)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:	(6.220)	(4.976)
Juros sobre o capital próprio	9.633	7.706
Outros	522	(154)
Créditos tributários de períodos anteriores pela majoração de alíquota - Lei nº 11.727 e nº 13.169 de 9% para 15% e de 15% para 20% registrados neste período (nota 10)	-	3.038
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(14.742)	(10.815)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.496)	(11.441)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.246)	626
Total	2.555	1.735

...continuação

(j) Referem-se a despesas decorrentes do rateio de despesas administrativas de sua controladora. As apurações e pagamentos são mensalmente. A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora é composta, exclusivamente, de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8.836 (R\$ 8.673 em dezembro de 2017). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho. A Seguradora possui remuneração baseada em ações da casa matriz (MET), a qual foi contabilizada como despesa na Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 1.389 (R\$ 920 em dezembro de 2017). A correspondente provisão é baixada mediante ao pagamento aos executivos em caso de exercício destas remunerações.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES:
a) A Seguradora mantém seguros sobre seus bens nos seguintes montantes estabelecidos pela Administração da Seguradora:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador	14.827
Responsabilidade Civil de administradores e diretores (D&O)	Pagamentos a títulos de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma declaração.	54.642

b) Obrigações por contratos de arrendamento mercantil (arrendamento operacional) - a Seguradora adquiriu, por meio de contratos de arrendamento mercantil, equipamentos de informática. Não há obrigações decorrentes dos

DIRETORIA		
Raphael Afonso Godinho de Carvalho - Diretor Presidente		Breno Persona Machado Gomes - Diretor Financeiro
ATUÁRIO	CONTROLLER	CONTADOR
Patricia Cristina Duarte - Atuário - MIBA nº 2055	Cristina Varella	Marcos Antonio Klein - Contador - CRC 1SP225765/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas

O Comitê de Auditoria da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. foi instituído nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, sendo suas principais atribuições avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente, aferir a efetividade e a suficiência do Sistema de Controles Internos da organização e analisar as demonstrações financeiras, ofertando, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

No decorrer do ano de 2018, o Comitê se reuniu por sete vezes e desenvolveu suas atividades com base no plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com gestores; (ii) acompanhamento e monitoração dos trabalhos das áreas responsáveis pelas demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e função de “*compliance*”; (iii) avaliação do escopo e do desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos demais elementos do Sistema de Controles Internos, do “compliance” e do gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

PARECER DO ATUÁRIO INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

valores residuais garantidos devidas ao final de cada contrato. No exercício, as despesas com arrendamento mercantil são de R\$ 381 registradas na rubrica “Despesas administrativas”.
c) A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários, na modalidade de contribuição definida e estruturado no regime de capitalização, cuja contribuição da patrocinadora é efetuada de acordo com o percentual escolhido pelo participante, 100% da contribuição do participante, limitado ao teto de 8% do salário-base do participante. As contribuições para o plano durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 correspondem a R\$ 1.723 (R\$ 1.696 em dezembro de 2017).

d) Composição acionária:

	Origem	ON	%	Total
MetLife International Holdings, Inc	EUA	314.162.176	66,7	314.162.176
Natiloportem Holdings, Inc	EUA	1	0	1
MetLife Worldwide Holdings, Inc	EUA	157.115.815	33,3	157.115.815
Total		471.277.992	100	471.277.992

No último nível de controle acionário a MetLife, Inc é detentora de 100% das ações das acionistas da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. O código de comercialização da MetLife Inc, é MET, o qual é comercializado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).
e) Benefícios pós-emprego: A Seguradora disponibiliza, como forma de benefícios rescisórios, assistência médica aos seus funcionários por período determinado, calculado mediante o tempo de serviço do funcionário, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria. Não existem outros benefícios pós-emprego.
f) Sazonalidade: Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros e previdência.
g) Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: A Companhia em 2018 efetuou aumentou de capital com juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 19.094. Assim como distribuiu dividendos mínimos no montante de R\$ 17.814 que não foram liquidados até a referida data base.

DIRETORIA		
Raphael Afonso Godinho de Carvalho - Diretor Presidente		Breno Persona Machado Gomes - Diretor Financeiro
ATUÁRIO	CONTROLLER	CONTADOR
Patricia Cristina Duarte - Atuário - MIBA nº 2055	Cristina Varella	Marcos Antonio Klein - Contador - CRC 1SP225765/O-2

Em decorrência de suas atividades, o Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições legais e regulamentares, e com base nos relatórios e pareceres apresentados, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devidamente revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019
Assiz Aparecido de Oliveira Josemar Costa Silva Paulo José Arakaki

avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

Correspondência dos Quadros Estatísticos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03 CIBA 45 João Batista da Costa Pinto MIBA 944

Deloitte.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte.